



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

Local: Auditório da CAAPSMEL.

Data: 04 de abril de 2013.

Horário: 13h30

1 Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e treze, no auditório da CAAPSMEL – Caixa de Aposentadoria e
2 Pensão dos Servidores Municipais de Londrina, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos
3 Direitos da Criança e do Adolescente. Estiveram presentes os seguintes conselheiros do CMDCA: **Conselheiros**
4 **Titulares:** Patrícia Grassano Pedalino, Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira, Janet Elizabeth Thomas, Cristiana
5 Maria Bastos Vezozzo, Alexandra Alves José, Laura Ferreira Lago, César Braga de Paula. **Conselheiros**
6 **Suplentes:** Josiani Severino dos Santos Nogueira, Almir Escatambulo, José Donizetti Bizanga, Lílian Mara
7 Consolin Poli de Castro, Jéferson Aparício Feliciano, Karen Aoki Romero, Edson Antônio de Souza, Alexandre
8 Sanches de Oliveira, Rivaldir Agrade, Miriam Pastor, Janaína Lopes de Melo, Dulcelina Aparecida Silveira.
9 **Ausências Justificadas:** Sérgio de Souza Berabosa. Antômio Irineu Barrinuevo, **Registraram presença:** Lenir de
10 Assis (Vereadora), Daiane Adamo Cardoso (Guarda Mirim), Denise de Almeida Fank (SMAS), Aline dos Santos
11 Nogueira (SMAS), Maria Andréa dos Anjos (Casa Acolhedora), Joara S. Adão (SAI- Vara da Infância), Kleber
12 Francisco Maricatto (LBV), Jair Roberto Corrêa (Pastoral do Menor), Layla Yuri M. de Oliveira (Ministério
13 Público), Isabel Cristina G. Morilha (CEPAS), Edna Viana da Silva (ILITC), Adriana C. Barroso (SMAS), Lucia Helena
14 Funes Feitosa da Silva (SME), Sandra Coelho (SMAS), Verônica Sabino dos Santos (Conselho Tutelar Sul), Flávia
15 Fernandes de Carvalhes (CREAS II), Alisson Fernando Moreira Poças (Conselho Tutelar) . Após verificação do
16 quórum, a reunião foi presidida pelo presidente Padre César Braga com os seguintes pontos de pauta: **1.**
17 **Apreciação da Pauta; 2. Apreciação das Atas de 07/03/2013 e 21/03/2013; 3. Participação da Secretária**
18 **Municipal de Educação; 4. Moção de Apoio ao MP – PEC 37; 5. Adolescentes em situação de violência;**
19 **Projeto de Maioridade Penal; 6. Indicação de representante junto à Comissão dos Telecentros; 7. Discussão**
20 **de atribuições e composição da “Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Atenção ao**
21 **Adolescente envolvido em Ato Infracional”;** 8. **Articulações das Comissões de Trabalho; 9. Relato de**
22 **Comissões; 10. Relato Conselho Tutelar; 11. Informes: Convocação do Conselho Diretor da Rádio UEL, Projeto**
23 **de Formação de Conselheiros OAB.** O presidente do CMDCA, César Braga de Paula, abriu a reunião registrando
24 e agradecendo a presença da vereadora Lenir de Assis. A vereadora manifestou sua preocupação em relação à
25 mobilização da sociedade, através de um abaixo assinado, contra a redução da maioridade penal. Reforçou a
26 necessidade de avaliar qual é o enfrentamento deste debate, pois se fala apenas da parte punitiva e não da
27 outra questão que envolve os direitos do adolescente e se colocou à disposição deste Conselho. **1. Apreciação**
28 **da Pauta:** a pauta da reunião foi aprovada com algumas alterações na ordem dos assuntos. **2. Apreciação das**
29 **Atas de 07/03/2013 e 21/03/2013:** após algumas correções as atas foram aprovadas. **3. Discussão de**
30 **atribuições e composição da Comissão “Comissão Permanente de Acompanhamento da Política de Atenção**
31 **ao Adolescente envolvido em Ato Infracional”:** a Conselheira Tércia Lamônica de Azevedo Oliveira informa que
32 esta Comissão foi formada em 2006, anterior ao SINASE, que regulamenta o atendimento. Hoje a orientação
33 do SINASE é sobre a necessidade de reunir todas as Políticas Públicas na execução das medidas sócio-
34 educativas em meio aberto, que é de responsabilidade do Município. A comissão como está não atende mais
35 ao sistema, ela tem um caráter de acompanhamento e fiscalização. A recomposição desta comissão neste
36 momento não vai atender às orientações do SINASE, pois não dá para ter participação dos serviços que
37 executam as medidas sócio-educativas em meio aberto. O CMDCA tem que antes conhecer e discutir o SINASE
38 de forma mais abrangente para compreender melhor sua execução. Ela relata antes de rever as Composições
39 das Comissões a comissão do Executivo tem que ser formada e a comissão de acompanhamento tem que
40 fiscalizar, tem que ser discutido o que compete ao CMDCA e o que compete ao Executivo. Tércia Lamônica de
41 Azevedo Oliveira sugere pautar o SINASE, com o diagnóstico local, para aprofundarmos melhor a situação em



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

42 Londrina. Denise Maria Fank de Almeida informa que a prioridade é ter a participação das Secretarias no
 43 Conselho e deixar a discussão do SINASE para o início de maio ou convocar uma reunião extraordinária. A
 44 plenária acatou a sugestão para pautar o SINASE no início de maio. **4. Participação da Secretária Municipal de**
 45 **Educação:** A secretária da Educação, Janet Elizabeth Thomas, se apresenta ao Conselho e é questionada sobre a
 46 programação do processo de municipalização das entidades filantrópicas responsáveis pelos CEIs. A secretária
 47 informa que atualmente há 72 entidades filantrópicas e 11 CMEIs, que são municipais e o Município vai
 48 assumindo as que têm prioridades. A princípio, serão municipalizadas 3 entidades e haverá reavaliação
 49 daquelas que realmente precisarem ser municipalizadas. Uma delas é a Creche Araci Soares que atende 160
 50 crianças, diz que no momento há um impasse nas negociações, a entidade está trabalhando sem convênio
 51 ainda firmado. Ela reitera que o objetivo é fortalecer as filantrópicas e que a Secretaria vai fornecer assessoria
 52 técnica para as que desejarem permanecer filantrópicas, através de formação continuada na parte pedagógica
 53 dos educadores e também na formação de gestores; há um programa do Governo Federal que facilitará a busca
 54 desses recursos. Ela reconhece que apesar de ser o maior aumento do repasse dado na história (35%), a
 55 situação das filantrópicas é bem difícil, há muitas exigências a nível de estrutura, e um passivo muito grande
 56 para elas administrarem. Patrícia Grassano Pedalino disse que é importante a permanência da Sociedade Civil,
 57 pois não tem como o Município suprir toda a demanda, o déficit atual é de 4.500 vagas e nascem 7.000 crianças
 58 por ano em Londrina, porém, mantendo a mesma qualidade das municipais. César Barga de Paula ressaltou a
 59 necessidade das entidades filantrópicas terem suporte econômico, a questão do valor per capita tem que
 60 acompanhar as reais necessidades, a Secretária informou que nos próximos anos o aumento do repasse vai ser
 61 maior do que a inflação. A secretária Janet discorre sobre a programação de novas vagas: para este ano de
 62 2013 serão abertas 11 novas unidades, inicialmente com 120 vagas por unidade, a intenção é que estejam
 63 prontas em 2014, informa ainda que há um programa do Governo Federal (RDC) para construir as novas escolas
 64 em 6 meses, será um programa piloto em Londrina. O impacto de manutenção será de R\$20.000.000,00 a mais
 65 por ano, o gargalo maior é o do orçamento. Sandra Coelho, da SMAS, expõe a questão da defasagem de série
 66 escolar e pergunta qual é a política de correção de fluxo. A secretária Janet E. Thomas ressaltou a necessidade de
 67 se esgotar os pré-conceitos que existem no Brasil, onde temos uma cultura de reprovação, na Europa e EUA
 68 não existe reprovação, porém os alunos têm que passar de ano com aprendizagem. Ela exemplifica: um
 69 adolescente de 16 anos que nunca foi à escola, qual é o local ideal para começar? Seria com jovens da idade
 70 dele, um ambiente propício e saudável também favorece a aprendizagem. É obrigação do Município e também
 71 obrigação do Estado evitar a evasão escolar, porém o EJA não tem ambiente favorável para o aprendizado, em
 72 função disso, foi feita uma parceria com o Núcleo de Ensino, o Estado entra com a estrutura e o Município paga
 73 as despesas e utiliza a estrutura do Estado, teremos um espaço à tarde e à noite. Relata ainda, que a maior
 74 evasão escolar dos jovens que estão na idade correta se dá no 5º e 6º ano, justamente quando há a transição
 75 do Município para o Estado. Há um choque na forma de acolhimento, a criança aos 11 anos sai de uma escola
 76 pequena para uma grande, tem um caderno de 12 matérias, 5 professores, ela não sabe organizar as matérias e
 77 as tarefas. A intenção da secretária é investir na gestão da aprendizagem, começar a trabalhar com as crianças
 78 no 4º, 5º ano por áreas diferentes para que aos poucos elas tenham esta adaptação antes da mudança.
 79 Concluindo, há a necessidade de gerir os riscos, trabalhar com a criança no sentido de ela se preparar para esta
 80 transição e no sentido inverso, para que ela seja recebida adequadamente. A Conselheira Lílian Consolin Poli
 81 de Castro, da Secretaria da Saúde, agradece o apoio da Secretaria da Educação com a adesão ao Programa
 82 Saúde na Escola, é o primeiro ano de trabalho com aproximadamente 50 escolas e este trabalho intenso da
 83 Saúde com a Educação tem sido interessante e desafiador. A seguir, a Secretária Janet expõe que a Educação
 84 Integral está num processo de reavaliação e vai ser criado um comitê de discussão sobre estrutura, espaço
 85 físico, legislação, currículo e será um trabalho integrado entre as Secretarias. Ela menciona que as barreiras

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

86 legais são as que mais travam o processo, dentre elas a normativa de que tudo tem que ocorrer dentro da
87 escola. Acredita que temos que olhar o que deu certo com outras iniciativas, cita um exemplo de Educação
88 Integral bem sucedida em Arapongas, onde as escolas têm parceria com as empresas, o empresariado tem
89 responsabilidade na formação destes jovens para torná-los cidadãos bem educados. Finalizando, a Secretária
90 entende que tem que haver uma ação integrada, com análise de todas as variáveis, com a participação da
91 sociedade civil. O conselheiro Almir Escatambulo relatou o despreparo dos professores em relação à inclusão
92 das crianças com deficiências e questionou se a educação municipal tem pedagogia e estrutura específicas para
93 acolher estas crianças. A Secretária Janet disse que realmente estamos atrasados nestes quesitos, há apenas 2
94 ou 3 anos existe conteúdo específico no currículo do professor e que ainda demora para que isto surta efeito
95 em sala de aula, mas que a turma tem que ter um professor de apoio. Informou ainda que existe um Programa
96 do Governo Federal para a aquisição de Kits e carteiras adaptadas para os deficientes. A conselheira tutelar
97 Verônica Sabino dos Santos informou à Secretária sobre a dificuldade de matricular a criança com necessidade
98 especial, a Secretária disse que a orientação é que nenhuma criança especial pode deixar de ser matriculada e
99 quando há a inclusão de um criança com necessidade especial a turma tem que ser menor e, de preferência, na
100 turma de sua idade cronológica, com aulas de reforço. Mesmo que o comprometimento seja alto, que ela não
101 aprenda, vai conviver e interagir com crianças da idade dela. Outro ponto levantado foi que as escolas têm
102 resistência em receber a criança especial porque no cálculo do IDEB suas notas também contam. Patrícia
103 Grassano Pedalino acrescenta que houve um retrocesso do IDEB em Londrina, e que o grande problema foi o
104 aumento de 15% no número de alunos, além da defasagem já existente. Sugere que o IDEB atual de cada escola
105 e o IDEB previsto seja divulgado para os pais, ela acredita que o IDEB é um medidor que vale para a qualidade,
106 apesar de não ser o ideal é o melhor que temos. A psicóloga que trabalha no Acolhimento *Institucional*, *Laura*
107 *Ferreira Lago*, relatou que as crianças do acolhimento institucional são discriminadas pelos professores,
108 pedagogos, diretores e até pelas outras crianças e que a equipe tem conversado muito para reverter esta
109 situação. O conselheiro Rivaldir Adrade, da CEI Nova Esperança, questionou sobre a doação de frangos da Big
110 Frango para a merenda escolar que foi suspensa, a Secretária ficou de verificar esta questão. **5. Adolescentes**
111 **em situação de violência: Projeto de redução à maioria penal:** César Braga de Paula abriu o debate
112 discorrendo sobre a necessidade de traçarmos algumas iniciativas de mostrar outra perspectiva, o outro lado
113 que são os direitos da criança e do adolescente, que estes adolescentes não tiveram o amparo e a formação
114 que o Estado e a sociedade deviam ter dado. Sandra Coelho, da SMAS, destaca a necessidade de dar
115 visibilidade ao que está por trás da vida destes adolescentes, de suas famílias que estão frágeis e não têm
116 condições de cuidar, da situação de violência que eles vivem, sendo ameaçados de morte, apanhando da polícia
117 e sendo assassinados. Enfim, acredita que temos que dar visibilidade à trajetória de vida desses meninos,
118 mostrar que onde o Estado se ausenta o tráfico toma conta e trazer para o debate, pois a sociedade
119 desconhece o que está por trás. Outra questão que foi levantada é a importância de esclarecer as mortes
120 violentas desses meninos, a necessidade de nos associar às Instituições como OAB e Ministério Público para nos
121 posicionar contra a violência policial. A conselheira tutelar Verônica Sabino dos Santos observou que nunca tem
122 ninguém da Segurança Pública presente nas reuniões do CMDCA. Sugeriu-se um posicionamento do CMDCA na
123 imprensa, envolvendo a Universidade, as Instituições, as comissões instauradas para mostrar que a redução da
124 maioria penal não funciona, não é a solução para o enfrentamento da realidade, e mostrar a importância de
125 trabalhar na prevenção, no sócio-educativo. Outro ponto é levantar o número de homicídios dos adolescentes
126 e gerar de fato uma investigação dessas mortes violentas. Sugeriu-se promover uma audiência pública sobre o
127 assunto. O Conselheiro Alexandre Sanches de Oliveira sugeriu que o CMDCA envie um ofício para o 5º Batalhão,
128 à Polícia Civil e GAECO. Foram definidos 4 encaminhamentos: 1- Chamar a imprensa para posicionamento
129 contra a redução da maioria penal, o Padre Cesar representando o CMDCA junto a representantes do

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA

130 CREAS II, CENSI I e CENSI II; 2- Convocar uma Audiência Pública , mas antes convocar uma reunião
131 extraordinária com todos os dados disponíveis e fazer uma capacitação. Patrícia Grassano Pedalino disse que o
132 Fórum Desenvolve Londrina do ano passado tem os dados com o perfil dos meninos em situação de
133 vulnerabilidade, reitera a importância desta reunião para tratar destes dados e a partir daí tomar as decisões e
134 ações; 3- Reunião com o Comandante da Polícia Militar, articulou-se uma comissão formada pelo César Braga
135 de Paula, Patrícia Grassano Pedalino, Alexandre Sanches de Oliveira (?) para esta reunião; 4- Após a realização
136 da reunião extraordinária que deverá ser realizada no dia 15/04 ou 17/04, potencializar dentro das Entidades
137 esta discussão com os funcionários. **6. Proposta de Moção de Apoio ao MP – PEC 37:** Laila Yuri M. de Oliveira,
138 do Ministério Público, relata a necessidade de um posicionamento do CMDCA e sugere uma moção de apoio ao
139 MP contra a PEC 37, que foi aprovada pela plenária. Ela convida os conselheiros do CMDCA para o Ato Público
140 contra a PEC 37 ,a se realizar no dia 11/04 às 10h00 no SINCOVAL. **7. Indicação de representante junto à**
141 **Comissão dos Telecentros:** Foi indicado o Conselheiro Almir Escatambulo para ser representante do CMDCA
142 junto à comissão dos Telecentros. **8. Articulação das Comissões de Trabalho:** O presidente do CMDCA, César
143 Braga de Paula, ressalta a importância dos trabalhos das comissões e informa que algumas não têm se reunido.
144 A comissão de enfrentamento à violência contra a Criança e Adolescente foi recomposta: conselheira Laura
145 Ferreira Lago (NUSELON), Conselheira Dulcelina Aparecida Silveira (Sindicato dos Bancários), Psicóloga do Creas
146 II, Flávia Fernandes Carvalhes. **8. Relato de Comissões:** A Comissão de Fundos relatou que fizeram uma reunião
147 e estão analisando o pedido de alteração do projeto do ILITIC Instituto dos Cegos, entendendo que a
148 responsabilidade do CMDMCA é a de conhecimento da Proposta de alteração do Projeto junto ao CEDCA e que
149 a prestação de contas será de responsabilidade da Entidade junto à Comissão de Fiscalização dos Recursos do
150 Fia e não ao CMDCA. **9. Relato do Conselho Tutelar:** O conselheiro tutelar Alisson Fernando Moreira Poças
151 relatou dificuldades em conciliar as participações nas reuniões do CMDCA , pois há também reuniões com a
152 rede mais o atendimento em sede e do plantão e 3 conselheiros estão fazendo curso de capacitação até junho.
153 Sugeriu-se que eles se organizem junto à rede para que não marquem reuniões às quintas-feiras, pois as
154 reuniões do Conselho não podem ser alteradas. Alisson Fernando Moreira Poças informou ainda que o
155 Conselho Tutelar Sul indicou uma casa e já encaminhou a documentação necessária para locação à Secretaria
156 de Assistência. Também solicitou o retorno do Livro de Plantão que foi entregue ao CMDCA. Concluindo,
157 informou que desde 01/04/13 os Conselheiros estão preenchendo diariamente uma ficha especificando todos
158 os atendimentos para apresentar ao CMDCA. **10. Informes:** A OAB apresentou uma proposta para formação de
159 Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente com o dinheiro do fundo.
160 Deliberou-se que neste momento não é necessário. A conselheira Alexandra Alves José informou que o
161 CONANDA não respondeu se haverá conferência este ano. Ela relata que em 2011 saiu uma portaria orientando
162 que as Conferências Nacionais ocorreriam de 3 em 3 anos, o CMDCA segue uma lei onde as Conferências são
163 realizadas de 2 em 2 anos. Concluiu-se que não tem sentido fazer Conferência Municipal se não há Conferência
164 Nacional então o Conselho deliberou que não haverá Conferência este ano. Porém, haverá eleições, verificou-
165 se que haverá renovação de 100% das entidades, formou-se uma Comissão para a eleição, constituída pelos
166 representantes das entidades que não podem mais se candidatar para a próxima gestão: Sérgio de Souza
167 Barbosa, do CESUMAR; Janaína Lopes de Melo, da Cáritas; Cristiana Maria Bastos Vezozzo ,da AME, ?. Nada
168 mais havendo a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião e para constar eu, Cristiana Maria Bastos Vezozzo,
169 conselheira do CMDCA, lavrei a presente ata.